



PJSC capacita mil servidores para trabalhar com meios não adversariais

Quase mil pessoas foram capacitadas, em 2010, para atuar na busca de solução de conflitos através de meios não adversariais, num investimento total de R\$ 452 mil.

Magistrados, servidores da Justiça e dos municípios, estudantes e voluntários de todo o Estado participaram, ao longo do ano, de cursos organizados pela Academia Judicial e pelo Conselho Gestor do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos.

O secretário do Conselho Gestor, Alcebir Dal Pizzol, explica que o investimento na conciliação começou cedo na Justiça catarinense, ainda em 2000, mas de forma direcionada e pontual. "Agora, queremos padronizar o entendimento e as ações dos meios consensuais, principalmente porque ainda não existe lei que discipline a mediação e a conciliação", explica.

O Curso de Formação de Base em Mediação Familiar, que

formou 490 novos multiplicadores, foi realizado nessa nova concepção de capacitação integrada. Foi facilitado por professores da UFSC e conhecedores da área.

O Curso de Capacitação de Multiplicadores para Mediação e Conciliação foi oferecido a 367 magistrados e servidores dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais. O desembargador Marco Aurélio Gastaldi Buzzi e o juiz Edson Zimmer atuaram como facilitadores.

O Curso de Secretário dos Juizados Especiais, voltado para o aperfeiçoamento da conciliação realizada nessas unidades, reuniu, na Capital, os 130 secretários dos Juizados Especiais no

Estado. Nos dias 25 e 26 de novembro, acontecerá ainda o II Encontro Estadual de Magistrados, Secretários, Conciliadores e Mediadores, com o objetivo de aprofundamento e avaliação dos serviços.



"Com a capacitação dos conciliadores/mediadores, no Juizado Especial Cível, poderemos resolver o conflito, muitas vezes, na primeira audiência, dando a oportunidade às partes de deixarem de se preocupar com aquele problema que está atormentando as mesmas. No Juizado Especial Criminal, a pacificação imediata do conflito evita que conflitos mais graves ocorram. Um bom exemplo são os casos da Lei Maria da Penha", explicou o juiz Edson Zimmer.

Qual é o significado da conciliação para crianças e adolescentes?

O Poder Judiciário de Santa Catarina e a Secretaria de Estado da Educação pretendem responder a questão ao promover, durante todo o mês de novembro, atividades intraclasse com crianças e adolescentes da Rede Estadual de Educação, com o tema "Paz, Conciliação e Justiça".

As atividades abrangerão estudantes da educação básica - da 1ª série ao 3º ano - de 13 Gerências Regionais de Educação. Pretende-se atingir cinco mil crianças e adolescentes, que irão refletir sobre os conceitos por meio de desenhos ou textos. "A partir dos resultados, será possível verificar o senso de justiça que as crianças possuem, permitindo, inclusive, alterações no direcionamento das atividades de conciliação no Estado", explica o magistrado.





As previsões para a Semana da Conciliação em Santa Catarina

As comarcas que vão disponibilizar seus serviços para as partes resolverem suas disputas judiciais através de um acordo, durante a Semana Nacional da Conciliação, são: Balneário Piçarras, Barra Velha, Blumenau, Braço do Norte, Brusque, Capital (Foro Central e Estreito), Concórdia, Criciúma, Fraiburgo, Garuva, Herval do Oeste, Itaiópolis, Jaguaruna, Jaraguá do Sul, Joaçaba, Joinville, Lages,

Mafra, Modelo, Navegantes, Palhoça, Pomerode, Rio do Sul, Santa Cecília, São José, São Lourenço do Oeste, Sombrio, Taió, Timbó, Tubarão, Xaxim, Xanxerê e Videira.

Aquelas que desejam confirmar sua participação, devem entrar em contato com a Secretaria do Conselho Gestor dos Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos do TJSC, pelo e-mail katiarama@tjsc.jus.br.

**CONCILIANDO
a gente se entende**

Semana Nacional da Conciliação. De 29 de novembro a 3 de dezembro de 2010, a justiça brasileira precisa de você. Conciliar economiza tempo, dinheiro e promove a paz social. Participe. www.cnj.jus.br/conciliacao

66 varas

43 comarcas

8,4 mil processos

16 mil partes

Fonte: Conselho Gestor dos Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos, em 16/11/2010

CNJ

Entenda os meios não adversariais de resolução de conflitos:

> **Mediação:** usada em casos de direitos indisponíveis, que não podem ser abdicados pelo titular, como em certas questões do Direito de Família. Não é prevista em lei específica.

> **Arbitragem:** as partes escolhem alguém que irá decidir por elas. Disciplinada pela Lei n. 9.307, de 23-9-1996.

> **Conciliação:** usada em casos de direitos disponíveis, que podem ser abdicados pelo titular, como os direitos patrimoniais. O conciliador pode sugerir acordos. Prevista em diversas leis.

Perfil: Sinval Thives Pimentel



A calma caracteriza Sinval, 49 anos, bacharel em Direito, cadeirante há 19 e voluntário na Casa da Cidadania de Palma Sola, no extremo-oeste, desde 2003. Sinval atua como conciliador e diz que atuar na Casa é uma retribuição por estar vivo e ser aceito. Não é à toa que seu lema é "O limite está em você".

Casado há 12 anos, pai de dois filhos adultos, iniciou a faculdade aos 42 anos. Atuou anteriormente na mediação familiar - agora a cargo de outras duas voluntárias - e acredita que as pessoas, muitas vezes, querem somente ser ouvidas. Tanto casais antigos como recém-casados.

Ao atender os primeiros, pede que lembrem os bons momentos da relação, o primeiro encontro... Desse modo, conseguiu evitar algumas separações.

Quanto aos jovens, lembra-se de um casal que havia brigado. A mulher o procurou na Casa, diante da insistência do rapaz, que queria a reconciliação. Sinval sugeriu a ela que "desse um gelo" no marido até o final do ano.

Este também o procurou e, após conselhos, na véspera do Natal levou flores e bombons para ela. Obediente à "orientação", ela rejeitou tudo. "A reconciliação só veio na virada do ano, e estão juntos até hoje", ri Sinval.



Acima, Sinval junto dos filhos; abaixo, com os pais e a tia em sua formatura.

Mutirão da Adimplência reforçará conciliação aos executivos fiscais

Simultaneamente à Semana Nacional da Conciliação, de 29 de novembro a 3 de dezembro, acontecerá o "Mutirão da Adimplência", ação conjunta da Secretaria da Fazenda com a Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

Os contribuintes com débito que quiserem fechar um acordo referente a créditos tributários ajuizados em execução fiscal, poderão procurar atendimentos nas comarcas, nas Procuradorias Regionais ou nas Gerências Regionais da Fazenda.

A iniciativa é resultado de uma parceria realizada com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina. "Tal parceria é de extrema importância para agilizar a prestação da Justiça, visto que as execuções fiscais, sejam do Estado, sejam dos Municípios, representam 70% dos 2 milhões de processos que tramitam nas 111 comarcas catarinenses", afirma o desembargador Marco Aurélio Gastaldi Buzzi.